

Ministros militares reagem com irritação

BRASÍLIA — A dura nota divulgada na noite de ontem pelo Palácio do Planalto foi a forma encontrada pelo presidente Itamar Franco, junto com os ministros militares, para evitar uma crise de maiores proporções entre os poderes, informou um ministro que participou da reunião. Durante as quase três horas de tensa reunião, os ministros militares estavam tão irritados que Itamar mais ouviu do que falou. O ministro do Exército, Zenildo de Lucena, atuou como porta-voz dos chefes das outras Forças e foi categórico ao afirmar que os militares não aceitam as recentes decisões da Câmara, que aumentou os salários dos parlamentares, e do Supremo Tribunal Federal (STF), que fez a conversão dos salários dos seus funcionários para a URV pelo dia 20, e não pelo dia 30 como estabelece a MP 434.

Segundo um ministro que participou da reunião, os ministros militares esperam que o Senado anule a sessão que rejeitou os

votos de Itamar à Lei da Isonomia, permitindo a permanência dos funcionários "marajás".

Em uma das poucas intervenções, o presidente falou sobre o manifesto dos oficiais da reserva, que prega o fechamento do Congresso. Ele contou que recebeu o manifesto com um abaixo-assinado ontem. Em nenhum momento, os ministros militares pregaram atos antidemocráticos, informou um ministro.

O Governo não pretende devolver aos marajás do serviço público e das estatais o dinheiro que descontou nos últimos três meses dos salários que ultrapassavam o vencimento de ministros de Estado — 3.138,31 URVs. Segundo um assessor da Secretaria de Administração Federal (SAF), a decisão do Congresso de rejeitar os vetos presidenciais que implicam a volta dos salários maiores do que o de ministro de Estado só valerá a partir do momento em que o Senado apreciar toda a Lei 8.852 (da Isonomia).